

TERÇA-FEIRA, 28/06/2022

## SENADO FEDERAL

Plenário – Reunião Deliberativa Ordinária

Às 16 horas

### 1. PROJETO DE LEI Nº 6.204, DE 2019

Senadora Soraya Thronicke – (Discussão, em turno único)

Dispõe sobre a desjudicialização da execução civil de título executivo judicial e extrajudicial; altera as Leis nºs 9.430/1996 (Legislação Tributária Federal), 9.492/1997 (Lei de Protesto), 10.169/2000 (Lei Federal Emolumentos), e 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

Pendente de parecer de Plenário. Relator: Senador Marcos Rogério.

[Página da matéria](#)

### 2. PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2018 (Discussão, em turno único)

Autoriza a celebração de convênio ou contrato com entidades privadas sem fins lucrativos devidamente habilitadas e de instituições públicas prestadoras oficiais dos serviços de assistência técnica e extensão rural para a execução do Pronatec.

Parecer nº 44, de 2022, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator, Senador Paulo Rocha, Relator AdHoc: Senador Paulo Paim, favorável, com a Emenda nº 1.

[Página da matéria](#)

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

### 1- [PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2016](#)

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de forma a assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos.

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Mecias de Jesus

**Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDR-CRA

**Observações:** 1. A matéria foi apreciada pela CDR, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDR. 2. A matéria foi apreciada pela CRA, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDR-CRA.

[Parecer do Relator:](#)

## 6 - [PROJETO DE LEI Nº 709, DE 2022](#)

- Terminativo -

Dispõe sobre o Imposto de Renda de Pessoas Físicas incidente sobre a receita proveniente da locação de imóveis residenciais e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995 e a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

**Autoria:** Senador Alexandre Silveira

**Relatoria:** Senador Mecias de Jesus

**Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas apresentadas.

[Parecer do Relator:](#)

## COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR (CTFC)

Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

## 2 - [PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2013](#)

- Terminativo -

Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de **título executivo extrajudicial** ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor.

**Autoria:** Senador Ciro Nogueira

**Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha

**Relatório:** Pela aprovação, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição das emendas 1 e 2 da CCJ

**Observações:**

- O relatório foi lido na reunião de 05/04/2022.

**Textos:**

[Avulso inicial da matéria](#)

[Relatório Legislativo \(CTFC\)](#)

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

Anexo II, Plenário 01, às 13h

**15- PROJETO DE LEI Nº 4.758/2020** - do Sr. Enrico Misasi - que "dispõe sobre a **fidúcia** e dá outras providências".

**RELATOR:** Deputado EDUARDO CURY.

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição da Emenda nº1 apresentada nesta Comissão.

**Proferido o Parecer, com Complementação de Voto, em 21/06/2022.**

**Iniciada a Discussão, em 21/06/2022.**

**Discutiram a Matéria: Dep. Fernanda Melchionna (PSOL-RS) e Dep. Erika Kokay (PT-DF), em 21/06/2022.**

**Encerrada Discussão, em 21/06/2022.**

**Vista conjunta aos Deputados Eduardo Bismarck, Erika Kokay, Fernanda Melchionna e Rubens Pereira Júnior, em 21/06/2022.**

[Parecer do Relator:](#)

**25- PROJETO DE LEI Nº 3.083/2019** - do Sr. Marcos Pereira - que "altera os arts. 642-A e 883 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para **dispor sobre a penhora sobre o faturamento da empresa**".

**RELATOR:** Deputado LUIZÃO GOULART.

**PARECER:** pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

[Parecer do Relator Dep. Luizão Goulart \(SOLIDARI-PR\)](#)

### COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

Anexo II, Plenário 12, às 09h30min

**42- PROJETO DE LEI Nº 3.280/2021** - do Sr. Heitor Schuch - que "dispõe sobre a regularização documental de imóveis das ocupações incidentes em terras situadas em áreas rurais de domínio particular, fora da Amazônia Legal, e dá outras providências".

**RELATOR:** Deputado MAURO NAZIF.

**PARECER:** pela aprovação.

[Parecer:](#)

### QUARTA-FEIRA, 29/06/2022

### COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

Anexo II, Plenário 05, às 09h30min

**14- PROJETO DE LEI Nº 690/2021** - do Sr. Carlos Bezerra - que "altera os arts. 102 e 103 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária", para fins de estabelecer novas regras de inabilitação do falido e de gestão da massa falida".

**RELATOR:** Deputado AUGUSTO COUTINHO.

**PARECER:** Parecer com Complementação de Voto, Dep. Augusto Coutinho (REPUBLIC-PE), pela aprovação, com Substitutivo.

[Parecer do Relator:](#)

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA (CINDRA)**

Anexo II, Plenário 11, às 13h

**5- [REQUERIMENTO Nº 27/2022](#)** - do Sr. José Ricardo - que "requer a realização de audiência pública para debater a **Regularização Fundiária** em terras da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) no estado do Amazonas".

**COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (CSSF)**

Anexo II, Plenário 07, às 09h

**15- [PROJETO DE LEI Nº 646/2015](#)** - do Sr. Mário Negromonte Jr. - que "altera a Lei nº 8.560, de 29 de Dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento, com o intuito de dispor sobre o assento de nascimento que não tiver a identificação de paternidade". (Apensado: PL 3257/2020)

**RELATOR:** Deputado DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR..

**PARECER:** pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 3257/2020, apensado.

**Retirado de pauta, a requerimento do Deputado Eduardo Barbosa, em 04/05/2022.**

**Retirado de pauta, a requerimento da Deputada Vivi Reis, em 14/06/2022 e 21/06/2022.**

*A obrigatoriedade de o **Cartório de Registro Civil** informar à Defensoria Pública quando ocorrer um registro de nascimento sem a identificação de Paternidade é medida de bom alvitre, porquanto contribuirá para que toda criança exerça o seu direito de conhecer seus pais e de ser cuidada por eles.*

**[Parecer:](#)**

**Pauta Prevista do Plenário  
Câmara dos Deputados**

27 DE JUNHO A 01 DE JULHO DE 2022 (Sujeita a alterações)

**1- [MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.106, DE 2022](#)** (DO PODER EXECUTIVO) Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.106, de 2022, que altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para **ampliar a margem de crédito consignado aos segurados do Regime Geral de Previdência Social** e para autorizar a realização de empréstimos e financiamentos mediante crédito consignado para beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e de programas federais de transferência de renda, e a Lei nº 13.846, de 18 de julho de 2019, para dispor sobre a restituição de valores aos cofres públicos. Pendente de parecer da Comissão Mista.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 02/05/2022

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 16/05/2022

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 15/07/2022

RELATOR: DEP. BILAC PINTO (UNIÃO-MG)

**2- [MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.108, DE 2022](#)** (DO PODER EXECUTIVO) Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.108, de 2022, que **dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação** de que trata o § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e altera a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e a Consolidação das Leis do 4 Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943. Pendente de parecer da Comissão Mista.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 12/05/2022

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 26/05/2022

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 07/08/2022

**3- [MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.109, DE 2022](#)** (DO PODER EXECUTIVO) Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.109, de 2022, que autoriza o Poder Executivo federal a dispor sobre a adoção, por empregados e empregadores, de medidas trabalhistas alternativas e sobre **o Programa Emergencial de Manutenção do**

**Emprego e da Renda**, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública em âmbito nacional ou em âmbito estadual, distrital ou municipal reconhecido pelo Poder Executivo federal. Pendente de parecer da Comissão Mista.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 12/05/2022

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 26/05/2022

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 07/08/2022

**5- [MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.112, DE 2022](#)** (DO PODER EXECUTIVO) Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.112, de 2022, que **institui o Programa de Aumento da Produtividade da Frota Rodoviária no País - Renovar** e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e a Lei nº 11.080, de 30 de dezembro de 2004. Pendente de parecer da Comissão Mista. PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 16/05/2022

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 30/05/2022

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 11/08/2022 5

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

RELATOR: DEP. DA VITORIA (PP-ES)